

VOTOS CONTRA D2 MESA DA C.N.177A, 26 106125	DE 26	106 12	SPOR_	Shi	a Faux
MESA DA C.M./PA. 26 / 06/25	VOTOS (CONTRA C)2	Elawayaya	EFX SPANNING
	MESA [DA C.M./?	26	108	125

MESA DA CÂMARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO ESTADO DA BAHIA

Av. Apolônio Sales, n° 925, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48608-901.

Telefone: (75) 3281-3011 - www.pauloafonso.ba.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 17, DE 13 JUNHO DE 2025.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DELEGAR COMPETÊNCIA AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, AO PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, AO CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO E AO CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO PARA ATUAREM COMO ORDENADORES DE DESPESA E, TAMBÉM, PARA AUTORIZAREM E HOMOLOGAREM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO — BA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PRESIDENTE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO, Estado da Bahia, Faço saber que o Câmara Municipal de Paulo Afonso decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Ficam delegadas aos Secretários Municipais, ao Procurador-Geral do Município, ao Controlador-Geral do Município e ao Chefe de Gabinete do Prefeito as competências de Ordenadores de Despesa no âmbito das respectivas Secretarias e órgãos, para a prática dos seguintes atos administrativos e financeiros:

- I autorização de despesas, inclusive a emissão de notas de empenho;
- II liquidação de despesas e autorização de pagamentos;
- III celebração de contratos, convênios, ajustes e termos aditivos;
- IV concessão de suprimentos de fundos e autorização para sua aplicação;
- V instauração, condução, decisão e homologação de processos licitatórios, em estrita observância às disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- VI outras atribuições decorrentes da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contratual, nos termos da legislação vigente.
- Art. 2º Os agentes públicos designados como Ordenadores de Despesa nos termos desta Lei responderão pessoal e solidariamente, na forma da lei, pelos atos praticados com dolo ou culpa, sujeitando-se à responsabilização administrativa, civil e penal por eventuais irregularidades, inclusive no que tange à observância da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de

ATESTO O RECEBIMENTO PROT. Nº 1217
EM 13 / de 20 25
Secretario Administrativa



Av. Apolônio Sales, n° 925, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48608-901.

Telefone: (75) 3281-3011 - www.pauloafonso.ba.gov.br

Responsabilidade Fiscal), da Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e demais normas correlatas.

Art. 3º A Controladoria-Geral do Município exercerá o controle interno dos atos administrativos praticados pelos Ordenadores de Despesa, zelando pela legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia da aplicação dos recursos públicos.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, no que couber, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Afonso, Estado da Bahia, sexta-feira, 13 de junho de 2025.

MARIO CESAR BARRETO Assinado de forma digital por MARIO CESAR BARRETO MARIO CESAR BARRETO AZEVEDO:02478207508 Dados: 2025.06.16 07:45:51 -03'00'

MÁRIO CESAR BARRETO AZEVEDO Prefeito do Município



AFROVADO (A) NA SESSÃO Nº 2187

1-26 106 125 POR LLIN ÂMILINE

VOTOS CONTRA

LIZEA DA G.M.IPA 26 1 06 125

PRESIDENTE

PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - ESTADO DA BAHIA -

EMENDA MODIFICATIVA Nº /2025 03

Emenda Modificativa ao Art. 1º, do Projeto de Lei nº 47, de 13 junho de 2025, que "Ementa: AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DELEGAR COMPETÊNCIA AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, AO PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, AO CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO E AO CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO PARA ATUAREM COMO ORDENADORES DE DESPESA E, TAMBÉM, PARA AUTORIZAREM E HOMOLOGAREM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO – BA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". De autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal.

"In verbis", ao Art. 1º, texto original:

[...] Art.1° - Ficam delegadas aos Secretários Municipais, ao Procurador-Geral do Munícipio, ao controlador-Geral do Munícipio e ao Chefe de Gabinete do Prefeito as competências de Ordenadores de Despesa no âmbito das respectivas secretárias e órgãos, para a prática dos seguintes atos administrador e financeiros;

Modifica o texto do art. 1º, para a seguinte redação:

[...] Art.1° - Ficam autorizado aos Secretários Municipais, ao Procurador-Geral do Munícipio, ao controlador-Geral do Munícipio e ao Chefe de Gabinete do Prefeito as competências de Ordenadores de Despesa no âmbito das respectivas secretárias e órgãos, para a prática dos seguintes atos administrador e financeiros;

Sala das sessões, 26 de junho de 2025.

JEAN ROUBERT FÉLIX NETO Vereador – Autor

ATESTO, O RECEBIMENTO PROT. Nº 13-10
EM 26 / de 20-25
Secretação Administrativa





ATESTO O RECEBIMENTO PROT. Nº 13

PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - ESTADO DA BAHIA -

EMENDA ADITIVA Nº /2025 04

Emenda aditiva ao Art. 1°, criando o parágrafo único do Projeto de Lei nº 47, de 13 junho de 2025, que "Ementa: AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DELEGAR COMPETÊNCIA AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, AO PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, AO CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO E AO CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO PARA ATUAREM COMO ORDENADORES DE DESPESA E, TAMBÉM, PARA AUTORIZAREM E HOMOLOGAREM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO – BA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". De autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Cria o paragrafo único do art. 1º, com a seguinte redação:

[...] Paragrafo único - A Secretaria da fazenda fará a supervisão contábil e financeira dos ordenadores de despesas das demais secretarias municipais, procurador-geral do município, controlador geral do município e do chefe de gabinete.

Sala das sessões, 26 de junho de 2025.

JEAN ROUBERT FÉLIX NETO Vereador – Autor





PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - ESTADO DA BAHIA -

EMENDA MODIFICATIVA NO 72025

Emenda Modificativa ao Art. 2º, do Projeto de Lei nº 47, de 13 junho de 2025, que "Ementa: AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DELEGAR COMPETÊNCIA AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, AO PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, AO CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO E AO CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO PARA ATUAREM COMO ORDENADORES DE DESPESA E, TAMBÉM, PARA AUTORIZAREM E HOMOLOGAREM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO – BA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". De autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal.

"In verbis", o Art. 2°, texto original:

[...] Art.2° - Os agentes publico designados como ordenadores de despesa nos termos desta Lei responderão pessoal e solidariamente, na forma da lei pelos atos praticados com dolo ou culpa, sujeitando-se a responsabilização administrativo, civil e penal por eventuais irregularidades, inclusive no que tange a observância da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e contratos Administrativos), da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de responsabilidade fiscal), da Lei Federal n° 8.429/1992 (lei de improbidade administrativa) e demais normas correlatas.

Modifica o texto do art. 2º, para a seguinte redação:

[...] Art.2° - Os agentes publico designados como ordenadores de despesa nos termos desta Lei responderão pessoal e solidariamente, pelos atos praticados com dolo ou culpa, sujeitando-se a responsabilização na forma da lei, por eventuais irregularidades, inclusive no que tange a observância da Lei Federal n° 14.133/2021 (Lei de Licitações e contratos Administrativos), da Lei Complementar n° 101/2000 (Lei de responsabilidade fiscal), da Lei Federal n° 8.429/1992 (lei de improbidade administrativa) e demais normas correlatas em suas formas legais.

ATESTO O RECEBIMENTO PROT Nº 13 12
EM 26 / Land Administrativa

Sala das sessões, 26 de junho de 2025. JEAN ROUBERT FÉLIX NETO

Vereador - Autor

Av. Apolônio Sales, 495, Centro, Paulo Afonso -BA, Tel. (75) 3282 3850, Gabinete do Vereador Jean Roubert

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO

Estado da Bahia -

Av. Apolônio Sales, nº 495 - Centro - Paulo Afonso - BA./CEP: 48.601-200 Fone: (075) 3281.3082

PROJETO DE LEI Nº 047/2025.

DATA: 13/06/2025.

Ementa: Autoriza o Chefe do Ealcy two Municipal a Selegar Competeiria aos Secretarios Municipais, ao mocurador-gerol Lo Municipio, ao Contro lador-gerol do Muc. e ao chefe de Galvinste do Prefei to Platarem ci videmadous de Peoplesa e Jul, Plattori zorem Autor: Do Coccutivo Municipal. Apresentado e lido na Sessão Vidi navia 2/86de 16.06.25									
ANDAMENTO DO PROJETO									
A Comissão de Em//					_ opina pela				
A Comissão de Em//	Parecer nº	_de			opina pela				
A Comissão de Em//	Parecer nº	_de	_/		opina pela				
A Comissão de Em//	Parecer nº	_de			opina pela				
A Comissão de Em//	Parecer nº	_de	_/		opina pela				
A Comissão de Em//		_de			opina pela				
A Comissão de_ Em// Prazo final pare	Parecer no			_/	opina pela				
L ^a Discussão em 2ª Discussão em				-					
Outras ocorrências sobre a matéria: * Aprovadas 6 mendas - Mediticatura N° 03,05/25 - Aditiva N° 04/25.									
Remetido ao Prefeito para sanção em 27.6.25 OFICMPA Nº 263 2025 Sancionado em Constituído na Lei Nº									



Av. Apolônio Sales, nº 925, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48608-901.

Telefone: (75) 3281-3011 - www.pauloafonso.ba.gov.br

MENSAGEM Nº 07/2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO ESTADO DA BAHIA

Senhor Presidente e Senhores(as) Vereadores(as),

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, tem a honra de submeter à elevada apreciação dessa Colenda Casa Legislativa o incluso PROJETO DE LEI Nº 47/2025, QUE AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DELEGAR COMPETÊNCIA AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, AO PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, AO CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO E AO CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO PARA ATUAREM COMO ORDENADORES DE DESPESA E, TAMBÉM, PARA AUTORIZAREM E HOMOLOGAREM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO – BA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Encaminho, por meio da presente, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a autorização para delegação de competência aos titulares das Secretarias Municipais, ao Procurador-Geral do Município, ao Controlador-Geral do Município e ao Chefe de Gabinete do Prefeito, conferindo-lhes a condição de Ordenadores de Despesas, bem como a atribuição para autorizarem e homologarem procedimentos licitatórios, e dá outras providências

A proposta legislativa ora submetida à apreciação desta Augusta Casa Legislativa tem como objetivo adequar a estrutura administrativa municipal às exigências constitucionais

Marciel Rereira Thendoric Coord, Trabalho Legislativo Camara Mufi. de P. Afonso



Av. Apolônio Sales, nº 925, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48608-901.

Telefone: (75) 3281-3011 - www.pauloafonso.ba.gov.br

e legais de eficiência, moralidade, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Atualmente, a concentração da função de Ordenador de Despesas em uma única autoridade acarreta não apenas sobrecarga operacional à Chefia do Poder Executivo, mas também implica possível retardamento dos processos administrativos, comprometendo a celeridade indispensável à adequada execução das políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social, entre outras.

A descentralização dessa competência permitirá maior autonomia gerencial, responsabilidade funcional e agilidade no desempenho das atividades administrativas, observados os limites orçamentários, financeiros e legais vigentes. Tal medida está em consonância com os princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37 da CF/88).

Importante ressaltar que a outorga desta competência não significa abdicação do controle por parte da Administração Central, mas sim uma racionalização das atribuições, a ser exercida mediante a necessária regulamentação infralegal, definição de limites, procedimentos, prestações de contas e instrumentos de fiscalização interna.

A urgência e a relevância do presente Projeto de Lei é medida imprescindível para garantir maior eficiência, transparência e eficácia na gestão pública municipal, permitindo que os Secretários Municipais, o Procurador-Geral do Município, o Controlador-Geral do Município e o Chefe de Gabinete do Prefeito atuem com a autonomia necessária para a adequada execução de seus programas, projetos e ações governamentais.

Diante do exposto, submete-se o presente **Projeto de Lei nº** 17/2025 à apreciação dos nobres membros da Câmara Municipal, para apreciação e votação em caráter de *urgência*, nos termos do rito disciplinado pelo Regimento Interno dessa Casa da Cidadania, com dispensa dos prazos e interstícios regimentais em razão do relevante interesse público que envolve a matéria.



Av. Apolônio Sales, nº 925, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48608-901. Telefone: (75) 3281-3011 - www.pauloafonso.ba.gov.br

Renovo, por fim, a Vossa Excelência os protestos de elevada consideração e apreço, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Paulo Afonso, Estado da Bahia, sexta-feira, 13 de junho de 2025.

MARIO CESAR BARRETO
AZEVEDO:02478207508
Dados: 2025.06.16 07:45:14
-03'00'

MARIO CESAR BARRETO AZEVEDO Prefeito do Município

